



Boletim Sindipetro RJ

Filiado à **FNP**

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

(21) 99607-9083

fb.com/sindipetroRJ

www.sindipetro.org.br

contato@sindipetro.org.br

youtube.com/campanhapedroleo

ANO II - Número LXXXV - 14 de Agosto 2018

Plenária sobre PCR

Mesa de debate com os Conselhos Profissionais,
sindicatos e associações de trabalhadores

Sexta
17/08
às 17h



Sindipetro RJ
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

**AUDITÓRIO
AV. PASSOS, 34**

FNP E FUP LANÇAM NOTA CONTRA O PCR

A FNP e a FUP, vêm por meio desta manifestar sua contrariedade em relação a implantação do PCR (Plano de Carreiras e Remuneração) pela Petrobrás

Não podemos aceitar nenhuma mudança nas nossas relações de trabalho que não seja negociada com os sindicatos e apreciada pela categoria coletivamente. Principalmente em um tema que afeta tão profundamente a vida de todos nós.

Entre os vários problemas identificados neste PCR, podemos destacar os seguintes:

- Foi imposto pela empresa e não teve nenhuma negociação com os sindicatos, ao contrário do que aconteceu no PCAC;
- É inconstitucional, pois fere o princípio da investidora e a democracia dos processos seletivos;
- Acaba com a isonomia, criando dois planos com diferenciações de mobilidade e progressão;
- Busca legalizar o desvio de função, com sobrecarga de trabalho e facilitando a extinção de cargos, a terceirização da atividade fim e a privatização;
- Com o fim dos avanços de níveis de

18 e 24 meses, subordina ainda mais a carreira do trabalhador aos desmandos dos chefes, sujeitando ao assédio moral e às transferências forçadas, ainda que prometa que será por "livre iniciativa".

Não é a primeira vez que a Petrobrás tenta vender um plano com claro viés ideológico como ciência neutra. Vide o exemplo dos estudos de O&M (Organização e método) e redução de efetivo nas refinarias, elaborados por consultoria contratada, e aplicados sem transparência e sem diálogo com a categoria e seus representantes.

O novo plano de carreira defendido pela empresa como "técnico" representa uma fiel aplicação das diretrizes do governo Temer, através da SEST, publicada em dezembro de 2017, com clara redução de direitos conquistados a partir de lutas históricas da categoria. Esses mesmos governantes neoliberais orientam o fim de planos de saúde de autogestão como a AMS e dos fundos de previdência como a PETROS.

Caso concordemos com esses rumos, abriremos portas para um temeroso fu-

turo para a Petrobrás, tornando-se "escritório" de fiscalização de contratos e, para os trabalhadores, com a precarização das condições de trabalho. Esvaziando o ACT, eles enfraquecem sindicatos, deixando os trabalhadores mais suscetíveis a mais perdas de direitos e armadilhas. É a lógica da reforma trabalhista na prática e não podemos aceitar!

Nossos sindicatos estão atentos aos interesses escusos da empresa e para isso, estão preparando ações judiciais, denúncias no MPT e exigindo a suspensão do PCR.

Não aceite pressão da gerência e não assine os termos de adesão ao PCR. Um plano unilateral da empresa não é proposta aceitável. A manutenção no PCAC é a garantia de que o seu plano de carreira faz parte de uma luta coletiva, e não de um acordo individual em que você já começa vendendo direitos.

Você tem escolha. Defenda a Petrobrás! Defenda a soberania deste país!

Todos juntos contra o PCR!

Participe dos seus sindicatos e das manifestações!



DIA DO BASTA!

Paralisações, passeatas e manifestações marcaram o "Dia do Basta", na última sexta-feira (10) em várias regiões do país. Para os petroleiros, motivos não faltam para se somarem à luta contra o desmonte do Estado brasileiro. O Sindipetro-RJ realizou manifestações em diversas unidades, além de ter participado de concentração na Central do Brasil e na Praça XV. Na foto, ao lado, ato no Comperj às 7h. O absurdo aumento de preços dos combustíveis e gás de cozinha, as privatizações, a Lei do Teto dos Gastos que congelou os investimentos públicos por 20 anos, as terceirizações, a reforma trabalhista e da previdência, o atraso nos salários do funcionalismo, a falta de moradia, a criminalização do povo pobre nas periferias, o genocídio do povo negro, a violência machista, entre outras pautas, deram a tônica dos protestos de trabalhadores e trabalhadoras, para organização de uma greve geral no país.



O “VALE TUDO” DE TEMER PARA ENTREGAR A PETROBRÁS



Para continuar o desmonte da Petrobrás e de outras estatais, o governo Temer quer botar uma camisa de força no Judiciário.

O Sindipetro-RJ conversou com a advogada, Raquel Sousa, que representa a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), contra as vendas de ativos da Petrobrás em seu processo de “desinvestimentos” aplicado desde os tempos de Aldemir Bendine em 2015. Raquel Sousa é autora de 90% das ações contra o desmonte da Petrobrás e conseguiu

impedir várias tentativas da privatização pretendida pelos vendilhões do governo Temer. Ela esmiuçou literalmente essas verdadeiras “chicanas” jurídicas e legislativas que têm por objetivo entregar o patrimônio do Brasil.

Com objetivo de impor o projeto de privatização dos ativos da Petrobrás, o governo Temer usou e usa de subterfúgios jurídicos e legislativos para limitar a atuação do Poder Judiciário em possíveis ações de suspensão das negociatas que pulverizam a preço de banana o patrimô-

nio da maior empresa do Brasil.

Para termos uma ideia de como isso está sendo feito, relembremos que em uma sequência de três dias, o governo Temer, no último mês de abril, tomou três medidas que visavam acelerar o processo de desmonte da Petrobrás e tentar colocar literalmente uma “camisa de força” no Judiciário.

Na sequência do mês de abril foram tomadas as seguintes medidas: no dia 25 foi promulgada a LINDB – Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, uma lei que tira do Judiciário o poder de decidir contra o governo. Em 26 de abril entra em vigor o Decreto 9.355/18, que regulamenta o processo de desinvestimentos da Petrobrás; e por fim, no dia 27, Michel Temer e o então presidente da Petrobrás, Pedro Parente, anunciaram a venda de refinarias da Petrobrás. Além disso, atualmente tramita na CCJ da Câmara dos Deputados, o PL 7.104/17 que também protege o governo de medidas judiciais que vão de encontro aos seus interesses. Leia a entrevista na íntegra no QR Code ao lado.



SENADO ADIA VOTAÇÃO DA CESSÃO ONEROSA

Não é de hoje que os planos de saque do governo têm experimentado alguns percalços no que diz respeito à Cessão Onerosa. Após a conturbada aprovação, por parte da Câmara, do texto final do substitutivo do projeto que permite a entrega de até 70% da Cessão Onerosa às multinacionais (PL 8.939/2017), viria o primeiro revés: o Tribunal de Contas da União (TCU) havia acabado de mudar os critérios de acompanhamento das desestatizações. Com isso, passaria a exigir do governo o envio de um extrato com todas as informações relacionadas a qualquer licitação, respeitando antecedência mínima de 150 dias da publicação do edital. Consequentemente, o tão aguardado leilão do excedente da Cessão Onerosa não poderia ser realizado ainda em 2018 (vide boletim Sindipetro-RJ nº 78). Mais tarde o TCU voltou atrás e determinou que estas novas exigências seriam válidas apenas a partir de

2019, dando novo fôlego ao governo para buscar um acordo com a Petrobras sobre a revisão do contrato da Cessão para, finalmente, realizar o leilão do excedente e fazer a festa das multinacionais (<http://sindipetro.org.br/cessao-onerosa-dando-um-jeitinho/>). Alimentando este desejo, o governo jogou pesado para aprovar na terça (07/08) o regime de urgência na votação do texto do substitutivo no Senado e com isso iniciar a votação da matéria logo no dia seguinte (vide boletim Sindipetro-RJ nº 84).

Porém, a alegria dos corsários foi travada por outro revés: o presidente do Senado informou que não votará qualquer tema de impacto até que esteja definido quem será o próximo presidente da República. Incluem-se aí, além do PL 8.939/2017, o projeto de lei que permite a privatização das distribuidoras da Eletrobras. A aprovação do projeto de saque da Cessão Onerosa até meados do mês de agosto era considerada fundamental

para permitir o leilão do óleo excedente nos seis blocos da Cessão Onerosa até o fim deste ano.

Segundo o veículo Valor Pro, o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, afirmou que pediu ao presidente Temer para conversar com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), sobre o tema e que ele mesmo também vai procurar o senador para tratar do assunto. Segundo ele, a aprovação do PL “é uma questão do país” que “precisa avançar”. Avançar certamente para a miséria, dado o ritmo do saque e do desmonte ora impostos contra a Petrobrás e os recursos brasileiros. O Sindipetro-RJ reafirma sua luta contínua contra os corsários do governo e os empresários de aluguel na direção da Petrobrás, todos hipocritamente mascarados por trás do discurso da gestão “apartidária”, “apolítica” e “técnica”, mas realmente comprometidos com os interesses das multinacionais.

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

www.sindipetro.org.br

☎ (21)3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália Russo | ☎ (21)3034-7307/7337

Edição e redação: André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ).

Secretaria: Ronaldo Martins | **Diagramação:** Adriana Gúlias

Projeto Gráfico: Caio Amorim | **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 7.000



Foto: Vanessa Ramos

PPSP-1 DA PETROS: PLENÁRIA LOTA A ABI

Com a presença de mais de 500 pessoas, FNP, sindicatos, entidades, advogados e participantes da Petros debateram soluções para o equacionamento e a cisão do Plano.

A Plenária iniciou com as falas dos representantes de cada uma das entidades presentes: Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet); Associação de Mantenedores Beneficiários da Petros (Ambep); Federação Nacional dos Petroleiros (FNP); Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros (Fenaspe) e Grupo em Defesa dos Participantes da Petros (Gdpape).

Diante da confirmação da direção da Petrobrás sobre a criação de um novo plano de contribuição definida (CD) da Petros, fundo de pensão dos funcionários da estatal, em substituição ao PPSP, de benefício definido (BD) o qual apresenta um déficit de quase R\$ 28 bilhões a ser equacionado, a FNP, seus sindicatos e entidades debateram soluções para o atual cenário.

Em seguida, Ronaldo Tedesco, representante dos trabalhadores no Conselho Deliberativo da Petros, fez uma

apresentação sobre o atual cenário da Petros e apontou possíveis saídas para o Plano. Em breve, disponibilizaremos a apresentação na íntegra.

Todo o debate foi transmitido ao vivo, via Facebook

Sob o tema “Uma saída para o PPSP-1 da Petros”, o evento perdurou por 4 horas. Os advogados presentes também participaram da mesa de debate, após as falas dos participantes da Plenária.

Agora, todas as perguntas serão organizadas para, em breve, serem divulgadas com as devidas repostas, no site da FNP e das entidades, além das sugestões sobre possíveis saídas para o PPSP-1 da Petros.

Também estavam presentes representantes dos sindipetros: Litoral Paulista; São José dos Campos; Rio de Janeiro; Pará/Amazonas/Maranhão/Amapá. Integrantes de oposições a alguns sindicatos da FUP também marcaram presença. A luta continua!

ATO EM DEFESA DA PETROBRÁS E DA PETROS



Na manhã desta segunda-feira (13) foi realizada plenária no Largo do Lume, Centro do rio de Janeiro, contra o Plano de Equacionamento do Petros1, implantação do Petros 3, Resolução 23 e o PCR.

Sobre a Resolução 23, está na cara que o Governo Federal pretende privatizar de fato a AMS Petrobrás para entregá-la aos planos de saúde que dominam o mercado. Afinal, essas empresas financiaram muitas campanhas políticas do MDB. Os trabalhadores e trabalhadoras de estatais formam um potencial mercado consumidor de planos de saúde, e com toda certeza o objetivo é a incorporação desse filão.

E com a Petros é a mesma coisa, pois Temer e o atual presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, atendendo os conselhos do “guru neoliberal”, Pedro Parente, querem entregar os fundos de pensão para os bancos aumentarem ainda mais os seus lucros.

**PROGRAMA
APOSENTADO
PRESENTE**



Toda terça de 18h30 às 19h,
com reprise na quarta às
01h, 10h e 15h
www.sindipetro.org.br

**REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA
DE APOSENTADOS**

DIA 21/8 às 14h
Auditório - Av. Passos 34,
para esclarecimentos
sobre a Plenária.

COMUNIDADE “PCR: PETROLEIROS DEBATEM” É DESTAQUE NO CONECTE

Comunidade aberta, com ampla divulgação na categoria, criada para debater o PCR, já conta com quase 3.000 petroleiros.

A comunidade conquistou, em julho, os selos de “Comunidade Prata” (grande quantidade de atualizações) e “Mais visitadas” (pertence às 20 com mais visitas dentre todas as comunidades existentes).

Já são centenas de publicações de opiniões e observações no fórum de discussão. Muitas delas revelam claras inquietações e dúvidas não respondidas, em função da maneira atropelada e sem o devido debate que o plano foi elaborado e está sendo instaurado.

Nesta comunidade, foi realizada uma enquete que contou com quase 300 petroleiros participantes, se encerrando na última segunda-feira, 6 de agosto. Seguem os dados que ela aponta:

- 81,6% acham que não há esclarecimentos suficientes para tomar a decisão de aderir ou não ao PCR.

- 84,1% acham que, em geral, a progressão da carreira tende a piorar com as mudanças propostas tanto no PCR quanto no PCAC.

- e 81,6% são a favor do cancelamento da proposta, para que se inicie um novo processo com amplo debate na categoria sobre o tema, com objetivo de formular um novo plano de cargos e progressão.



PETROLEIROS DE ANGRA DEBATEM OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NA SEGURANÇA DO TRABALHO

Como parte das atividades da ‘SIPAT TEBIG 2018’, o Sindipetro-RJ realizou na última quinta-feira (9), a palestra “Impactos da reforma trabalhista na segurança do trabalho” apresentada por Karina de Mendonça Lima, advogada, Integrante da Comissão de Direito do Trabalho da OAB/RJ, Mestranda em Ciências Jurídico Empresariais, menção em Direito Laboral. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - Portugal.

“A palestra de Karina Lima repercutiu bastante junto aos trabalhadores e trabalhadoras da segurança operacional, com o pessoal solicitando outro material comentado sobre a Reforma Trabalhista, tendo sido a de maior repercussão na SIPAT deste ano” – disse Sergio Paes, diretor do Sindipetro-RJ/Angra dos Reis.



PCR

Na última quarta-feira (8), o Sindipetro-RJ teve indeferido seu pedido de Antecipação de Tutela para a suspensão da implantação do novo PCR pela Petrobrás. O despacho foi assinado pelo juiz Carlos Eduardo Diniz Maudonet da 15ª Vara do Trabalho da 1ª Região. Agora, o processo aguarda audiência para expedição de sentença em 1ª Instância.

A petição inicial impetrada pelo Sindicato questiona entre outros pontos a descaracterização de cargos ocupados mediante aprovação em concurso público. Vale lembrar que o PCR entrou em vigor em 2 de julho, no primeiro dia subsequente à apresentação do PCR ao corpo de gerentes da empresa.



CERVEJA SOLIDÁRIA

31 DE AGOSTO É DIA DE SABOREAR A CERVEJA SOLIDÁRIA

Grupos cervejeiros – Roça!, Ogrão de Malte e Cervejaria Barreto – se organizam para preparar uma cerveja em solidariedade ao Sindipetro – RJ!

Para quem curte degustar uma boa cerveja artesanal, no dia 31 de agosto, a partir de 18h30, organizado pela Organização Popular (OP), o Sindipetro-RJ recebe o Cerveja Solidária, um evento que contará com participação de grupos autogestionados, que sob o apoio mútuo, reverterá parte de suas arrecadações para o sindicato dos petroleiros.

É também um apoio à luta petroleira contra a privatização da Petrobrás, que vem sendo feita há tempos e que está numa fase muito acelerada.

Todo o excedente da Cerveja Solidária (tirando os custos de produção) será revertido para o Sindipetro-RJ.

Compareça e convide seus amigos e suas amigas!

Sobre a Organização Popular (OP):

A OP é uma tendência político-social, ou seja, uma articulação de indivíduos inseridos em diferentes movimentos sociais e de caráter anticapitalista.